

DO ESCRITO AO ORAL: A FUNÇÃO DA ESCRITA DO NOME PRÓPRIO NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Ana Claudia Moraes Merelles Bezz

Orientadora: Bethania Mariani

Doutoranda/CNPq

RESUMO: Este trabalho investiga a função da escrita do nome próprio na constituição do sujeito a partir de dois campos: Análise do Discurso e Psicanálise. Partindo do questionamento sobre o que permite que o nome recebido pelo Outro se torne próprio para a criança serão analisadas materialidades recolhidas nos encontros com crianças de faixa etária entre cinco e seis anos de idade, matriculadas na Escola de Educação Infantil Vasconcelos Torres, situada no município de Niterói. A escolha desta faixa etária deve-se ao fato de ser neste momento que, em nossa sociedade ocidental as crianças estão se debruçando sobre o traçado do nome que receberam do Outro. O artigo procura demonstrar que entre receber um nome e tomá-lo como seu, o sujeito haverá que se submeter a complexos processos identificatórios. Para Michel Pêcheux (1975[2009]) aquilo que temos como mais próprio, nosso nome, que nos leva a formular “Eu sou fulano de tal” oculta um processo de interpelação ideológica. Até tornar-se um sujeito do discurso e reconhecer-se como “Eu sou” há um processo complexo que leva o sujeito a essa evidência. Do ponto de vista da psicanálise o nome próprio refere-se à primeira marca que funda a possibilidade de surgimento do sujeito e fica a espera de uma leitura, posterior. Isso nos leva ao apontamento de que a singularidade e a apropriação da criança pelo nome que recebeu do Outro não se dá de forma natural. O nome ofertado, marca do desejo do Outro, fica à espera de uma leitura que a própria criança precisará efetuar no caminho de sua constituição como sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: escrito; oral; nome próprio; sujeito.

Nossa pesquisa tem como tema principal a investigação sobre função da escrita do nome próprio na constituição do sujeito. Como alicerce teórico para este trabalho nos filiamos ao campo da Análise do Discurso francesa e mobilizaremos também outro campo, a Psicanálise. Analisaremos materialidades recolhidas nos encontros com crianças de faixa etária entre cinco e seis anos de idade, matriculadas na Escola de Educação Infantil

Vasconcelos Torres, situada no município de Niterói. A escolha desta faixa etária deve-se ao fato de ser neste momento que as crianças estão se debruçando sobre o traçado do nome que receberam do Outro. No tempo de nossa chegada à referida escola não tínhamos em mãos o *corpus* de nossa tese. Este foi construído no decorrer de nossa participação das atividades em sala de aula. Se não tínhamos um *corpus* de antemão, partíamos, no entanto, de algumas perguntas. Destacamos a seguinte interrogação: O que permite que o nome escolhido pelo Outro se torne para a criança, próprio?

Durante os dois anos em que visitamos semanalmente a Instituição escolar, montamos um arquivo que reúne desenhos, escritos e falas das crianças bem como do corpo docente sobre o momento de aprendizado da escrita do próprio nome. Percorremos algumas salas da escola a fim de ter contato com diferentes profissionais e crianças. Numa dessas participações tivemos acesso a um material que nos pareceu importante para nosso trabalho, o qual, pela riqueza de reflexões que suscitava, veio compor o *corpus* de nossa pesquisa. Tratava-se de um questionário criado pela professora e intitulado *Quem sou eu*. Era uma atividade para que os alunos respondessem em casa, com os pais. Foi solicitado que escrevessem sobre quatro itens: 1) quem escolheu meu nome foi; 2) meu nome é; 3) tenho este nome porque e 4) gosto que me chamem de.

A professora relatou que criou essa atividade por ter percebido grande dificuldade por parte das crianças em reconhecer seus nomes escritos na hora da rodinha de recepção. Vale a pena salientar que no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, texto que integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e que tem como função auxiliar o trabalho educativo diário junto às crianças pequenas, está referida a importância de se trabalhar o nome da criança. O volume dois, que favorece prioritariamente os processos de construção da identidade e autonomia da criança indica como possibilidade de trabalho “fazer do reconhecimento do seu próprio nome e do nome do outro, conteúdo de trabalho” (p. 37). Portanto, por mais criativo que tenha sido a confecção desta atividade, é pois, um trabalho esperado por parte do educador de “crianças pequenas”.

Com a autorização da professora e da Diretora da escola, tivemos acesso a esse material que consiste, ao todo em 13 questionários. Traremos três deles para a discussão de hoje.

Sobre o título, algumas palavras: *Quem sou eu*

Com a Análise de Discurso, aprendemos a desconfiar da noção de origem. Reclamando o funcionamento da ideologia para prática discursiva e promovendo uma crítica às evidências fundadoras da Semântica, Michel Pêcheux (1975[2009]), fundador da Análise de Discurso de origem francesa, chega a uma das mais contundentes críticas à afirmação do óbvio: a evidência de que “somente *eu* poderia dizer ‘eu’ ao falar de mim mesmo” (1975[2009], p.92) é no mínimo suspeita. Isso porque quando se diz “Eu”, apaga-se todo o processo através do qual ele se constitui. Fica esquecido para aquele que enuncia que a palavra não se origina nele. Que há uma rede de ditos (já-dito) antes mesmo de que ele viesse ao mundo. E assim se dá também com os sentidos convencionados às palavras. Pelo apagamento do processo sócio-histórico e ideológico que conferem uma ilusão de transparência da linguagem, somos levados a tomar as palavras pelo que elas pretensamente designam, ficando ocultado neste processo que os sentidos se produzem historicamente e não são inerentes às palavras.

A Análise do Discurso nos traz o aparato teórico que nos propiciará abordar o momento de constituição do sujeito para além das evidências. A AD interessa-se pelo **modo** como a evidência em jogo quando se diz “Eu Sou” oculta um processo sócio-histórico que se marca no discurso. Trazendo o enfoque para o processo de interpelação-identificação do indivíduo em sujeito, Pêcheux acentua os modos como uma evidência chega a naturalizar-se. O nome próprio embutido na afirmação “Eu sou fulano” até então insuspeito, será trazido como ponto fundamental para esta discussão, pois Pêcheux chega a afirmar que ele se constitui na “forma príncipe do pré-construído” (PÊCHEUX, 2009, p.241) noção fundamental para a AD. Cito- o:

...a imposição do “nome próprio” constitui a forma em edição príncipe do *efeito de pré-construído*, que representa a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso (aquilo pelo meio do qual ele diz: “Eu, Fulano de tal”) como “sempre-já” sendo sujeito, isto é, a modalidade discursiva sob cujo domínio ele é *produzido como causa de si...*(p. 241)

O Pré-construído como formulação recuperada do Interdiscurso emerge na frase deflagrando o ideológico e o sócio-histórico nas marcas linguísticas. Algo do Interdiscurso que retorna no discurso sem que o sujeito se dê conta. Retorna como evidência (insuspeita)

apagada pelo processo identificatório: “A identificação do sujeito, sua capacidade para dizer, ‘eu, Fulano de Tal, é aqui fornecida como uma evidência primordial” (PÊCHEUX, 2009, p 92)

Com relação à Psicanálise podemos destacar que é em função da pesquisa sobre o sujeito que Lacan (1961) se depara com a identificação e com o nome próprio. No seminário A Identificação, o psicanalista afirma que “o importante na identificação deve ser, propriamente a relação do sujeito com o significante”(LACAN, 1998, p. 13). Sujeito em psicanálise não se confunde com o eu. O sujeito em jogo é o sujeito do inconsciente, evanescente e intervalar. A noção de inconsciente formulada por Freud e retomada por Lacan é fundamental para a teoria do sujeito na AD. A noção de um sujeito cindido pelo inconsciente inaugura outro registro, descentralizando a noção do Eu. Nesta perspectiva, “O Eu não é o Senhor em sua própria casa”, anuncia Freud (1987[1917], p.178) e “não sou causa de mim mesmo” nos indica Lacan (1965, p.879). Abalo narcísico que estremece a soberania da consciência. A Psicanálise promove um deslocamento do Eu detentor de si para o comparecimento de um sujeito que nada mais é do que efeito de linguagem. Quem sou eu?

Dos quatro itens solicitados para que fossem respondidos pelos pais das crianças, destacaremos dois deles: o primeiro e o terceiro:

1) ***Quem escolheu meu nome foi***

SD1 – minha mãe;

SD2 – Pai e mãe;

SD3 – minha mãe

3) ***Tenho este nome porque:***

SD4 – Rafaela significa curada por Deus minha mãe gostou do significado;

SD5 – Porque é Bíblico;

SD6 – ela gosta de nomes diferentes, mesmo antes de esperar por mim, o meu nome já seria Caleb, como no filme Prova de Fogo.

Item 1 – *Quem escolheu meu nome foi*

Nos três questionários que destacamos as respostas dadas apontam pai e mãe como aqueles que escolherem o nome da criança. Pommier (2013) indica que a atribuição de nomes varia muito em diferentes épocas e culturas. Há época em que a atribuição do nome obedece a

uma dimensão religiosa, chegando mesmo a afirmar que “A história dos nomes evolui ao mesmo tempo que a história das religiões” (POMMIER, 2013, p. 9). Na cultura politeísta, por exemplo, a fabricação dos nomes se apoia sobre a filiação totêmica.

Na sociedade ocidental contemporânea, observamos o ato de nomeação regulado pelo Estado. No Brasil, a lei de Registro Civil de 1976, n. 6.015, artigo 50 prevê que “todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro”. O artigo 52 enumera quem estará obrigado a fazer a declaração de nascimento. Em primeiro lugar pai ou mãe isoladamente ou em conjunto e no impedimento de ambos, parentes mais próximos ou pessoas encarregadas da guarda do menor. No artigo 54 especifica o que deve conter no registro, sendo o quarto item referente ao “nome e o pronome, que forem postos à criança”.

De fato a obrigatoriedade aqui não é atribuição do nome. Obriga-se o registro, a submissão do nome ao Estado, determinando a existência jurídica da pessoa para que se torne não só sujeito de direitos, mas, principalmente, sujeito de obrigações perante o outro e perante ao Estado. Não está em jogo aqui os aspectos singulares que levaram aquela criança a receber aquele nome específico.

A Psicanálise nos aponta que o sujeito, como efeito de significante, emerge no campo do Outro. Entretanto atentemos para não confundirmos pai e mãe, biológicos ou não com o Outro que nomeia. O Outro não é uma pessoa, é lugar. O ato de nomeação quando se trata da psicanálise não se refere a escolher o nome x ou y. Fala, outrossim, do desejo inconsciente, da aposta que daquele bolinho de carne que come, chora e dorme um sujeito possa advir.

Item 3 – *Tenho este nome porque*

Quantas histórias são contadas às crianças acerca da escolha do nome? Guimarães (2005) nos traz uma importante reflexão apontando que a escolha dos nomes também participa de efeitos ideológicos apagados para quem escolhe: acentua o nome celebridade e também o nome religioso (verificar as sequências discursivas quatro, cinco e seis). Segundo o autor:

Nomear uma pessoa é uma enunciação que funciona por um processo de determinação semântico-enunciativa em virtude de se dar no interior do processo social de identificação, mas que, ao apagar, pela representação do enunciador, o lugar social do locutor, se mostra meramente como referencial. Este apagamento do locutor-x (lugar social da enunciação) se dá porque o Locutor não sabe que fala de uma posição ideológica de sujeito. A

referencialidade do nome próprio é produzida por este apagamento em virtude deste esquecimento. (p. 41).

Depreendemos a partir da citação acima que a escolha que parece se originar em quem nomeia participa das condições de produção de sua época. De tempos em tempos observamos com maior frequência determinados nomes surgirem. Protagonistas de novelas, por exemplo, são verdadeiras fontes de inspiração.

O que gostaríamos de ressaltar é que o nome próprio porta o enigma do desejo do Outro que nomeou. Há um furo, há algo inacessível neste saber sobre o desejo, o real. Lacan aponta (1961) que o sujeito se identifica com o furo. O nome próprio refere-se à primeira marca que funda a possibilidade de surgimento do sujeito e fica a espera de uma leitura, posterior. Isso nos leva ao apontamento de que a singularidade e a apropriação da criança pelo nome que recebeu do Outro não se dá de forma natural. O nome ofertado, marca do desejo do Outro, fica à espera de uma leitura que a própria criança precisará efetuar no caminho de sua constituição como sujeito.

Vimos Pêcheux tocar num ponto fundamental para nossa pesquisa: aquilo que temos como mais próprio, nosso nome, que nos leva a formular “Eu sou fulano de tal” e que nos diferencia dos demais sujeitos, esse nome, tão próprio, oculta um processo de interpelação ideológica que naturaliza “Eu Sou”. Até tornar-se um sujeito do discurso e reconhecer-se como Eu sou... Maria, João, Alice, Augusto, há um processo complexo (simbólico, imaginário e real) que leva o sujeito a essa evidência.

Há também o atravessamento inconsciente operando nesta escolha. Lacan, por sua vez, coloca o nome próprio no caminho da identificação, não da identidade. O nome próprio apontado por Lacan com um significante diferente, em estado puro, atesta com veemência que as palavras não são etiquetas coladas às coisas. O nome próprio nada tem a ver com definir, explicar ou determinar alguém. Encontra-se mais próximo do batismo: funda algo onde nada há.

REFERÊNCIAS

BRASIL Lei de Registro Civil de 1976, n.º 6.015, artigo 50, 52 e 54. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L6015consolidado.htm>. Acesso em out. 2017.

_____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FREUD, Sigmund. [1917] *Uma dificuldade no caminho da Psicanálise*. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, ED, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2 edição, 2005.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *O seminário, livro 9. A identificação*. Publicação para circulação interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife. Recife, outubro de 2003.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

POMMIER, Gerard. *Le nom propre: fonctions logiques et inconscientes*. Paris: Presses Universitaires de France: 2013.